

COMUNICAÇÃO,  
MIDIATIZAÇÃO E  
VIRTUALIZAÇÃO  
DA VIDA:  
DOMÍNIO E PODER  
NA LIBERDADE  
ILUSÓRIA

[ DOSSIÊ ]

**Silas Nogueira**

*Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Passos*

**[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]**

O impulso inicial do artigo veio de uma solicitação para a produção de um texto, com conteúdo, formato e linguagem que pudessem ser trabalhados com alunos de graduação e pesquisadores iniciantes. Deriva dessa solicitação o caráter de rápida revisão de aspectos das teorias da comunicação – entre algumas das mais conhecidas no país – com um encaminhamento destinado a rever alguns autores e linhas de pesquisa no intuito de retomar discussões e conteúdos localizados em um campo crítico e, ao mesmo tempo, ressaltar posturas epistemológicas portadoras de elementos capazes de contribuir para uma leitura também crítica da complexidade que, de forma inseparável, comunicação e sociedade atingiram na atualidade. Assim, comunicação, tecnologias, mídia, mídiatização, (tecno)cultura e virtualização aparecem como conceitos (re)vistos e entendidos como necessários para a continuidade da postura crítica na atualidade.

**Palavras-chave:** Comunicação. Tecnologia. Mídia. Mídiatização. Virtualização.

This article stems from a request for a text produced with content, format and language that could be discussed by undergraduate students and novice researchers. Hence this quick review of communication theories—among some of the best known in the country—aimed at presenting some authors and lines of research to resume critical discussions and contents, as well as to highlight epistemological positions capable of contributing to a critical reading of the complexities of today's communication and society. Communication, technologies, media, mediatization, (techno)culture and virtualization emerge as concepts (re)appraised and understood as necessary for the continuity of a critical stance.

**Keywords:** Communication. Technology. Media. Mediatization. Virtualization.

El impulso inicial de este artículo surgió de un pedido de producción de un texto con contenido, formato y lenguaje que pudieran ser trabajados con estudiantes de grado e investigadores principiantes. De este pedido proviene una revisión rápida de los aspectos de las teorías de la comunicación –entre algunas de las más conocidas en el país– con una remisión dirigida a repasar algunos autores y líneas de investigación para retomar las discusiones y contenidos situados en un campo crítico, al mismo tiempo destacar las posturas epistemológicas portadoras de elementos capaces de contribuir a una lectura crítica de la complejidad que inseparablemente la comunicación y la sociedad han alcanzado en la actualidad. Así, la comunicación, las tecnologías, los medios, la mídiatización, la (tecno)cultura y la virtualización aparecen como conceptos (re)vistos y entendidos como necesarios para seguir con una postura crítica en la actualidad.

**Palabras clave:** Comunicación. Tecnología. Medios de comunicación. Mídiatización. Virtualización.

## Introdução

---

Entre as reflexões necessárias, dentre aquelas possíveis, envolvendo a Comunicação humana no âmbito do ensino, em particular no nível da graduação, está a complexidade atingida pelo desenvolvimento técnico-científico dos mecanismos que, junto aos processos político-ideológicos, promove mudanças aceleradas não só no interior dos atos e formas comunicacionais, mas sobretudo nas relações humanas e sociais.

No ensino, os conhecimentos acumulados com a leitura e estudo das diferentes escolas das Teorias da Comunicação podem levar ao contato com diferentes abordagens e resultados de pesquisas que partiram, em cada época e contexto, de posturas diferenciadas tanto no âmbito da Comunicação quanto da própria sociedade, (MATTELART; MATTELART, 1999; HOHLFELDT *et al.*, 2001; WOLF, 2003) entendido que comunicação e sociedade não se separam. A produção teórica é vasta e linhas de pesquisas e caminhos epistemológicos são diversos. O recorte necessário, aqui, leva àquelas correntes teóricas que, de forma mais acentuada, privilegiam a relação existente entre novas tecnologias e mudanças nos fluxos da informação que acompanham o processo de sofisticação das economias capitalistas nos últimos anos. Algumas de caráter mais conservador e pragmático e outras mais voltadas para uma leitura crítica, que não desassociavam busca de conhecimento da possibilidade de transformação social e de um horizonte político que enfrentasse os graves problemas políticos como as desigualdades, as violências e as misérias. Entre essas últimas destaca-se

aquela que, pelo posicionamento e qualidade de seu lastro teórico e filosófico, ficou conhecida como Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt. O avanço dos estudos e de novas experiências não tardaram a mostrar alguns limites dessa teoria particularmente na sua concepção de cultura e suas distâncias em relação aos movimentos sociais transformadores, principalmente aqueles que ocorriam fora da Europa. Mas a contribuição, mesmo assim, foi inegável, pois enfatizou a crítica à instrumentalização da razão e, de forma mais acentuada, a crítica à redução do conhecimento, da criação e das manifestações artísticas à condição de mercadoria. Nessa última, associada à noção marxista de alienação, estão as bases do conceito mais conhecido que é o de Indústria Cultural. Importa lembrar que os frankfurtianos pesquisaram e produziram no início e meados do século passado quando a comunicação social, coletiva, caracterizava-se pela linearidade, longe portanto da comunicação digital e virtualizada. Os mecanismos não possuíam a capacidade de envolvimento, aproximação e apropriação da subjetividade do público como nos tempos atuais. Hoje – com pessoas plugadas em tempo integral ao universo virtual que, embora multifacetário, é contraditório e envolvente –, os mecanismos midiáticos não se distanciaram de sua condição de mercado e indústria.

Com as transformações sociais se processando em todos os níveis e com velocidades cada vez mais aceleradas, outros estudos, novas pesquisas e teorias tornaram-se mais conhecidas pela tentativa de superar os paradigmas ou como resultados de aperfeiçoamento e atualização do conhecimento acumulado. Algumas deram continuidade ao pensamento e ao

posicionamento crítico dialogando com os cânones frankfurtianos, mas não necessariamente seguindo-os e até superando-os.

Muitos outros estudos, em diferentes partes do mundo, contribuíram para o enriquecimento e expansão teórico-metodológica do conhecimento e da crítica à relação inseparável existente entre comunicação, sociedade e tecnologias. Na América Latina, permaneceu uma tradição, renovada em alguns aspectos, na qual o contexto de desigualdade, exploração e violência marcava fortemente o pensamento, as posturas e as bases teóricas das pesquisas. Entre várias “escolas” e núcleos, ganharam visibilidade e aceitação a produção significativa capitaneada, entre outros menos conhecidos, por Jesus Martín-Barbero (2001), Guillermo Orozco Gómez (1991; 2006) e Nestor Garcia Canclini (1997; 2008). Influenciados pela corrente europeia que ficou conhecida pelo nome de Estudos Culturais, essa produção latino-americana trouxe questionamentos, categorias novas ou retrabalhadas, que, na percepção de muitos dos pensadores, representavam uma decisiva “ruptura dos paradigmas” nas teorias da comunicação. E, de fato, aberturas, reposicionamentos e mudanças outras alimentaram e arejaram as reflexões e análises. Mediante retomada teórica e aprofundamento de conceitos como o de mediação, esses autores trouxeram para análises e pesquisas a questão da recepção nos processos comunicacionais e midiáticos. Em consequência desse reposicionamento, lastreado por um conceito amplo de cultura, seguiu-se a valorização do receptor, muitas vezes esquecido ou desdenhado em correntes teóricas anteriores. Consideravam possibilidades de “reapropriação” e ressignificação, pelos

indivíduos, tanto do conteúdo simbólico quanto do aspecto de poder de persuasão que as grandes empresas midiáticas possuíam e possuem. Ainda que portando limitações que ensejam críticas, trouxeram elementos que levaram as análises e posturas a questões fundamentais como participação política, uma ideia de cidadania e a uma retomada do conceito *gramsciano* de hegemonia, porém em um sentido mais moral, ou cultural, do que aquele sentido portador da práxis, teoria e prática da ação política transformadora, inerente ao pensamento do filósofo europeu. Mas, quando abraçada por movimentos sociais, ganhou dimensão política mais abrangente e experiências enriquecedoras.

Em um outro momento, quando já se registrava maior capacidade técnica e poderio político das agências privadas na capacidade de controle e domínio na produção, disseminação e crescimento financeiro do capital sobre as sociedades, conforme mostrado adiante, Muniz Sodré (2009) retoma a crítica e a aproxima mais da atualidade. Mostra a situação de desigualdade de condições existentes entre indivíduos (cidadãos, “consumidores”) e os “grande monopólios da mídia”, estes sim com grande capacidade de expropriação tecnológica do “sentido das ações sociais”. Mesmo quando ocorre alguma dimensão de (re)apropriação e ressignificação isso já ocorre com elementos e valores predominantes, já “remasterizados” anteriormente pela lógica do capital/consumo já há muito predominante na configuração de novos sentidos e imaginários, urbanos principalmente.

Na atualidade, uma demonstração de que uma possível prática de reapropriação

tornou-se imensamente mais complexa, reside no fato de que empresas do *streaming* apropriam-se de dados diversos de pessoas, gostos, posturas políticas, desejos, sonhos para, com eles, produzir filmes ou séries já com garantia de sucesso de consumo. O uso do *big data* e da inteligência artificial industrial cria a mercadoria simbólica já com consumidores “fidelizados” a partir de “ingredientes” de seu próprio pensamento e subjetividade, inclusive o engajamento político que, nessa condição, é destinado a um uso rápido e descartável.

Bem antes da expansão e consolidação de uso industrial e generalizado da subjetividade pela indústria do imaginário, Sodr e apontou os riscos que a leitura e postura pouco crítica representavam para esvaziamentos e despolitiza o, fortalecendo o ideário dominante.

Aceitar a utopia de uma nova cidadania por uma pura inser o igualitária do indivíduo no mercado e nas tecnologias, confiando na racionalidade da transparência comunicacional,   desconhecer ingenuamente o irracionalismo dessas novas formas de sociabiliza o e sua profunda conexão com o lado ‘irracional’ (na verdade, um outro tipo de racionalidade) do sistema capitalista (SODR E, 2009, p. 251).

## “Novo ordenamento artificial do mundo”

---

A sofisticac o tecnológica na contemporaneidade   expressa de forma especial

pelo surgimento e desenvolvimento da internet, expressão do mais alto estágio da ciência e tecnologia na contemporaneidade. Junto, elevam-se padrões e qualidades técnicas de todo o aparato físico e eletr nico que envolve aspectos da Comunica o e da produ o e circula o de informa o. Esse feito coincide com o momento em que, hegemonicamente, governos e demais  rculos dirigentes das sociedades reforçam o denominado *neoliberalismo*, fortalecendo em demasia os poderes do capital, do mercado e de outras instâncias econ micas privadas com capacidade de decisão e controle político (BORON, 1995;1999; 2010). Em uma versão tosca do velho liberalismo, aquele de Adam Smith e de outros marcados por laivos do que foi o insurgente Iluminismo, aquilo que   chamado de liberalismo na atualidade mal dissimula, com o desgastado sentido de progresso e desenvolvimento, sua defesa da explora o alimentada com a manuten o da desigualdade social, da intensifica o da explora o do trabalho e da acumula o privada de riquezas além do sucateamento dos aparatos públicos de atendimento da popula o. A financeiriza o, avançando ao mesmo tempo em que se ergue um espectro denominado por Castells (1999) de “capitalismo informacional” e a ocupa o de praticamente todos os espaços de convivência pelo consumo, fazem da lógica da mercadoria a base predominante do pensamento e das práticas sociais. Um momento histórico cujo estágio pode ser traduzido como mais acentuado grau de mercantiliza o e privatiza o da vida.

Sem a pretensão de esgotar ou aprofundar a questão, em um resumo simples pode-se afirmar que a predominância de rela oes sociais (que são econ micas, políticas e culturais ao mesmo tempo)

capitalistas necessariamente centradas na acumulação e na desigualdade levam à concentração de poder e ao aumento das capacidades de interferência de grupos dominantes nos rumos das sociedades. Embora predominante, o desenrolar desse processo de domínio do capital e do mercado sobre a vida em sociedade não ocorre, ainda que de forma politicamente fragmentada, sem resistências, sem contestação, sem buscas diversas de superação da exploração e do esvaziamento da condição humana pelo éthos do consumo e pela própria lógica da mercadoria.

Assim, naquilo que se refere ao nível do desenvolvimento tecnológico e científico que resultou na elevada digitalização e virtualização, mais uma vez na história, uma construção coletiva de trabalhos, pesquisas, esforços intelectuais e físicos de trabalhadores, sejam técnicos ou cientistas, é expropriada e controlada pelo capital e seus detentores. A ciência e a tecnologia, uma vez instrumentalizadas, como nos tempos das velhas maquinarias produtivas, aparecem e atuam muito mais para o controle, sujeição e exploração da grande maioria da população do que para libertação, emancipação e desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos não proprietários de grandes riquezas. Isso não significa que não existam transformações e mobilidades econômicas no interior das classes e grupos sociais, porém ocorrem em uma espécie de varejo de oportunidades que não alteram estruturalmente as bases da desigualdade social na maioria dos países, particularmente naqueles herdeiros das investidas vorazes do processo de colonização.

Sob a predominância dessas condições, preservando, ampliando e renovando as

características intrínsecas ao domínio e ao poder do capital, surge, como parte expressiva do modelo hegemônico de desenvolvimento tecnológico, aquilo que, em síntese, apresenta-se como a “virtualização do mundo e da vida”.

Entendida, tratada e analisada com diferentes concepções, leituras, conceitos e interesses, a virtualização acelerada (MORAES, 2006), foi definida já em 2002, por Muniz Sodré, como “novo ordenamento artificial do mundo”. Isso anos antes do desenvolvimento amplo daquilo que já se tornou conhecido como “inteligência artificial”. Outros autores, escolas e mesmo núcleos pensantes no interior do universo midiático se posicionaram de forma crítica seja na produção teórica científica ou na forma de denúncias tanto de abusos mais visíveis como violações de leis, direitos e intimidades, com investidas contra a privacidade do indivíduo e a soberania de países, quanto aos aspectos políticos expressos pela crescente concentração de poder político e econômico das grandes empresas, *holdings* denominadas de *big techs*, representadas na atualidade principalmente por Apple, Microsoft, Alphabet (dona do Google), Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp) e Amazon.

Em um primeiro momento, é interessante destacar que posturas críticas marcaram a posição e a produção de muitos pesquisadores, pensadores que se esforçaram intelectual e politicamente para denunciar, alertar sobre os rumos, riscos e mesmo os abusos que a concentração de poder das grandes empresas midiáticas representam para questões como liberdade e controle social, democracia e autoritarismo. O pensamento crítico mais ativo

ainda alertou para a necessidade de construção de mecanismos sociais que atentassem para os riscos envolvendo ensino e educação, diversidade e pluralidade no pensamento e, particularmente, para a obscura situação para a qual caminhavam os processos comunicacionais, inclusive naquele aspecto pragmático de importância ímpar para as relações sociais democráticas que é o jornalismo. Notícias e situações falsas, denominadas fake news e *deepfake*, já exigiam e ainda exigem fortes reflexões e medidas político-sociais públicas e coletivas. Outros voltaram seus estudos e pesquisas, mesmo reconhecendo o peso estruturante da força político-econômica, para mudanças provocadas no âmbito da subjetividade, abrangendo cultura, educação, aprendizado e demais aspectos psicossociais que podem ser sintetizados na frase “um novo modo do sujeito no mundo”, surgido a partir de um recente “*éthos* mediatizado” conceituado, assim, por Sodré (2009) em trabalho resultante de extensa pesquisa que foi divulgado no livro *Antropológica do Espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede*.

No aspecto mais centrado na questão da concentração e dimensão político-econômica, no Brasil, desde os anos 1990, a intensa produção de Dênis de Moraes (MORAES, 1999; 2006; MORAES *et al.*, 2013) mostrou com muita clareza que o controle dos mecanismos, meios industriais e tecnológicos por grupos privados no Brasil e na América Latina caminhava na direção do monopólio e concentração de propriedade por pouquíssimas pessoas, família e grupos econômicos. Importa lembrar que a pesquisa de Moraes teve início antes da expansão e consolidação da internet e da formação das grandes holdings que hoje dominam de forma muito mais intensa o ciberespaço

e o fluxo de informações, conhecimentos e entretenimento. Ressalta-se que essas áreas se conectam com todos os aspectos – físicos, biológicos e psíquicos – dos indivíduos e das relações humanas.

Ainda no âmbito da produção brasileira, na reflexão acerca das subjetividades, do imaginário, da cultura, da criação de sentidos, significados, uma significativa contribuição veio de Paula Sibilia (2016; 2010) que retoma conceitos e leituras de Freud, Marx, Walter Benjamin, Adorno e Teoria Crítica mais Debord (*Sociedade do Espetáculo*) entre outros, para associar consumismo, narcisismo, mercadoria no seu livro *O Show do Eu* (2016), uma crítica direta ao uso de plataformas de exibicionismo, ostentação e exposição da intimidade, própria e alheia – práticas que, à época, não haviam ganhado a assustadora dimensão quantitativa que vigora nos dias atuais no ciberespaço.

Em texto de leitura acessível, particularmente para estudantes e pesquisadores iniciantes, Sibilia mostra aspectos de um jogo no mínimo preocupante em termos de saúde psicossocial que se acentuaria com a multiplicação de plataformas e aplicativos similares ao então reinante Facebook.

*Será que estamos sofrendo um surto de megalomania consentida ou até mesmo estimulada? Ou, ao contrário, nossa cultura foi tomada por uma repentina onda de extrema humildade, isenta de maiores ambições, uma modesta reivindicação de todos nós e de qualquer um? (SIBILIA, 2016, p. 16).*

Em consonância com outras leituras e pesquisas que tentavam mostrar a

não neutralidade dos mecanismos e da tecnologia, Sibilia indica com clareza a instrumentalização de um ato pessoal – que é, ao mesmo tempo, instigante e prazeroso – pelas forças do capital e do mercado para expansão de seus negócios, lucros e consolidação de suas agressivas políticas de marketing.

[...] que tudo isso tem ajudado a desatar uma revigorada eficácia na instrumentalização dessas forças, que são avidamente capitalizadas a serviço de um mercado capaz de tudo devorar para – não raro – convertê-lo em lixo e descartá-lo a toda velocidade. (SIBILIA, 2016, p. 18).

Denúncias contundentes de pesquisadores revelariam que a sedutora prática do exibicionismo imagético era a porta de entrada de outras práticas ligadas ao controle, capacidade de vigilância e condução político-ideológica e eleitoral comprovadas, entre outros feitos, com o processo eleitoral que levou Donald Trump, em 2016, à presidência dos EUA. (CELLAN-JONES, 2016).

Mas, nas tentativas de entendimento do processo de virtualização, mídiatização e tecnificação das sociedades contemporâneas e das relações sociais, a contribuição crítica mais fundamentada, com análise filosófica em maior profundidade está em Muniz Sodré, 2006a; 2006b; 2007, 2009, 2012; 2014). Para esse autor, há de se considerar que o próprio conceito de comunicação ultrapassa muito o uso corrente do termo. Primeiro, entendida como processo amplo, faz-se a distinção entre comunicação e informação, dando à primeira o sentido de “tornar comum”, o que a aproxima da ideia de comunhão; já a informação é entendida como um dos elementos do processo.

Portanto, confundir comunicação com informação é redução que empobrece e obscurece tanto os atos como todo o processo comunicacional. Essa distinção e sentido permitem ao autor fundamentar a condição da Comunicação como ciência e apontar que o seu “objeto” de conhecimento e estudo é “o vínculo humano” que, mesmo ultrapassando o sentido de relação, perpassa as relações humanas. E, acrescenta-se aqui: Comunicação como ciência básica capaz de adentrar, além da história, aspectos mais elaborados das relações no âmbito das subjetividades, ultrapassando, desse modo, as dimensões das ciências aplicadas, embora seu estudo possa fornecer subsídios para aplicações e construções de mecanismos técnicos e práticas mais elementares.

Do mesmo modo, o conceito de mídia elaborado por Sodré também sustenta uma leitura crítica do processo de virtualização.

Importa assinalar, aqui, que o conceito de mídia utilizado por Sodré extrapola o conjunto de meios de comunicação e de simples mecanismos técnicos. Mídia, para o autor, implica, necessariamente, o universo constituído por meios, tecnologias, cultura e linguagens na sociedade de mercado, ou seja, a expressão máxima das formas de circulação de informações no estágio avançado do capitalismo no qual a lógica da mercadoria e do consumo invade praticamente todos os espaços concretos e subjetivos das relações do sujeito com o mundo e com ele mesmo. (NOGUEIRA, 2015, p. 145).

Ler a Comunicação como ciência que estuda os vínculos humanos, aproximada do sentido de comunhão que integra as origens etimológicas da palavra, e usar o

conceito ampliado de mídia, entendida para além do conjunto de meios, mecanismos e tecnologias mas envolvendo linguagem, cultura e mercado, possibilitou que Sodré identificasse, no campo da Comunicação e nas relações sociais, qualidades do processo que explicam a virtualização, fenômeno já qualificado por ele como “novo modo do sujeito no mundo”, e que se processa com e pela mídiatização. A mídiatização implica, assim,

uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um bios específico.(...) A mídiatização pode ser pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios com uma qualificação cultural própria (uma “tecno cultura”). O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no éthos mais abrangente do consumo, consolida-se hoje com nova propriedade por meio da técnica digital. (SODRÉ, 2009, p. 25).

Ao referir-se a “um bios específico” e “novo bios”, o autor remonta ao pensamento de Aristóteles, mais especificamente à obra *Ética a Nicômaco*, em que o filósofo “descreve três esferas que compartimentam qualidades e características da vida em sociedade às quais chama de bios, ‘formas de existência humana na Polis’” (NOGUEIRA, 2015, p. 145). Os três bios apontados por Aristóteles são o bios *theoretikos*, a vida contemplativa, esfera do conhecimento e saber; o bios *politikos*, o espaço da sociabilidade e ação na polis (política); e o bios *apolaustikos*, o bios das volúpias, sensações corpóreas e

sensíveis, vida prazerosa. Assim, segundo Sodré, na contemporaneidade, com a virtualização em andamento, mídia e mídiatização formam “a quarta esfera existencial”, o bios *midiático*.

E é nessa esfera existencial, no bios *midiático*, que se desenvolve o “éthos mídiatizado” no qual

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo mídiático, da ‘prótese’, ocultando a sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas. Essas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados transnacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado. (SODRÉ, 2009, p. 22).

Ocultar a dimensão societal, ou seja, ocultar as interferências e mudanças nas práticas, relações sociais e concepções de mundo é prática constante não apenas no universo propriamente mídiático, mas também em instâncias outras como escolas, igrejas, quartéis e outras fontes de discursos comprometidos com a ordem (pré)dominante.

A “forma específica de hegemonia” citada por Sodré não é outra senão a hegemonia do capital e mercado agora traduzidos no denominado (neo)liberalismo, mesmo quando este surge e se desenvolve, como no Brasil atual, com aspectos tão embrutecidos quanto aqueles da colonização e início do capitalismo. Desigualdade social, exploração extrema do trabalho,

desmonte, ineficiência e mesmo inexistência de aparatos sociais públicos e qualificados somam-se a presença de trabalho em condições análogas à escravidão, violências na perspectiva de extermínio de minorias. E isso a despeito do alto grau de desenvolvimento tecnológico que se manifesta sobretudo nos mecanismos de produção e veiculação de informação na forma de mercadoria.

Assim, midiatização – que promove a virtualização – avança dirigida e comandada por interesses específicos e controlada não pela coletividade, pelo conjunto da sociedade civil, mas pelo poderio econômico das *big techs* em conluio com as forças que apostam na permanência do atraso e da desigualdade, o que a torna um

dispositivo historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o capital, e que constitui propriamente uma nova tecnologia societal (e não uma neutra “tecnologia da inteligência”) empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política. (SODRÉ, 2009, p. 22).

Ao lado de grandes contribuições para avanços e conquistas nas ciências, no ensino, no acesso a conhecimentos diversos e mesmo em diferentes formas de participação política, a virtualização também, pelo caráter e origem de sua construção contempla, de forma acentuada, discursos, pregações e ocupação de espaços por ideólogos e militantes comprometidos com a configuração de “novos formatos de Estado”. Ao mesmo tempo, esse processo de

construção de “outro tipo de hegemonia ético-política” e de outro éthos, comporta também, pelas raízes de seus interesses financeiros, talvez prioritariamente, as manifestações e reconstrução do ideário da extrema direita no qual predominam a violência, o ódio e a imposição de uma interpretação simbólica do mundo que naturaliza e incentiva o racismo, a homofobia, as torturas e o culto de um pensamento único de ordem econômica, religiosa, cultural e ideológica. Em diferentes países, em praticamente todos os momentos nos quais o ideário extremista, com alguma identidade com o (neo)nazismo e com o fascismo, teve êxito e ascensão, as atuações com utilização – geralmente “monetizadas” – dos recursos virtuais foram intensas e, na maioria das vezes, contaram com o uso de notícias falsas (denominadas *fake news*) e ação de robôs via condições tecnológicas próprias das grandes empresas e suas técnicas de uso de algoritmos, coleta de dados privados e outros recursos sórdidos de vigilância e acessos não autorizados.

## **Estados, governantes e indivíduos vigiados**

---

Antes das impressionantes denúncias de Edward Snowden (AGUILHAR; RONCOLATO, 2014) e de Julian Assange (Assange, 2013; 2015; ASSANGE *et al.*, 2013), a ação de pesquisadores no Brasil como, Dênis de Moraes (MORAES, 1999; 2006; MORAES *et al.*, 2013) já havia acumulado material teórico e dados condenando o monopólio da propriedade dos meios pela indústria da comunicação local

com análises voltadas principalmente para emissoras de televisão e empresas jornalísticas. Esse arsenal teórico e metodológico, junto a outras contribuições de autores de outros países da América Latina, seria importante base para a análise do que viria com o desenvolvimento e avanço vertiginoso da concentração de riqueza e poder que hoje o mundo vivencia com gigantes como Apple, Microsoft, Alphabet (Google), Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp) e Amazon. Pouco foi feito coletivamente para que esse poder privado fosse, se não limitado, coibido em seus avanços sobre as formas de manifestação da vida.

Edward Joseph Snowden denunciou as táticas, técnicas e mecanismos usados pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), mediante acordo com as grandes empresas, hoje chamadas de *big techs*, para vigiar pessoas e governos; foi nesse momento que governantes de praticamente todo o mundo, analistas e pesquisadores entenderam que, além de protestos, medidas sérias seriam tomadas pela sociedade civil mundial. Isso não ocorre de forma clara e consequente. Programas e softwares avançados criaram a possibilidade de acesso pela NSA, “sem ordem judicial, a metadados de usuários das redes como histórico de buscas, conteúdo de e-mails, transferências de arquivos, dados de chats de voz e vídeos, fotos, logins, entre outros” (AGUILHAR; RONCOLATO, 2014). Assim como em vários países, o Brasil foi alvo da espionagem e violações. A presidente Dilma Rousseff e assessores tiveram dados como números de telefone, e-mails e IP monitorados. Se a agência citada passou a ter acesso a esses dados, difícil é acreditar que as grandes empresas também não o possuem para usos próprios de qualquer

natureza e interesse. Um grande número de reportagens, em jornais, revistas e sites tratou do assunto, mesmo que com diferentes abordagens. Com o susto coletivo, pareceu que uma mobilização intensa das sociedades civis do mundo todo levaria a busca de, no mínimo, recursos legais para regular ou pelo menos responsabilizar abusos e invasões de intimidade. Não aconteceu.

Em 2012, o livro “*O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*”, de Eli Pariser, denunciava e demonstrava como, na época, Google e Facebook utilizavam algoritmos para a criação de “bolhas” e direcionamento de informações, mesmo que não verdadeiras – aquelas que um pouco mais tarde se popularizariam com a alcunha de *fake news*. A artimanha, além de eficaz recurso de marketing industrial e comercial, já apontava claramente como as controladoras das denominadas “redes sociais” acumularam poder para interferência, direcionamento e convencimento político eleitoral. As eleições presidenciais dos EUA, em 2016, e no Brasil, em 2018, escancarariam que a circulação de informação e o uso desonesto dos recursos virtuais tomariam, quase que na sua totalidade, rumos sórdidos com possibilidades de fragilizar democracias e mesmo criar cenários favoráveis a projeção eleitoral de figuras grotescas, psicopatas, instigadores do ódio e da violência, capazes de tecer odes a ditaduras e elogiar torturadores.

As denúncias e alertas sobre os fatos e os riscos – principalmente aqueles relacionados a diferentes formas de controle da sociedade civil – sobre os processos de virtualização da vida, conduzidos pelas grandes holdings mundializadas, não levaram a significativas mudanças

nos comportamentos de usuários nem ao crescimento ou popularização da interpretação crítica.

Se as ações das *big techs* destinadas a monitoramento, direcionamento, coleta de dados e controle no fluxo de informações ocorriam de forma sub-reptícia, no melhor estilo de ocultação próprio do jogo ideológico, em maio deste ano as grandes empresas baixaram a guarda e se expuseram de forma declarada, sem máscaras. Google e Telegram, se posicionaram publicamente contra o projeto de lei que propõe uma regulação básica para internet, o PL n. 2.630, conhecido também, não por acaso, como o PL das fake news. O projeto de lei, além de visar coibir a expansão das notícias falsas, visa também responsabilizar quem dissemina textos que “configurem crimes contra Estado democrático, contra criança e adolescente, racismo, entre outros”.

Segundo jornais, o Telegram enviou mensagens a todos os seus usuários com claras distorções sobre o assunto, afirmando que, com a possível aprovação do PL n. 2.630, “o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão”. (GALF, 2023). Já o Google, segundo informações publicadas (MELLO, 2023) com base em levantamento do NetLab, laboratório de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lançou ofensiva contra o projeto de lei, com publicação de texto sob o título “O PL das fake news pode piorar sua internet”. O próprio teor das publicações mostra o porquê do posicionamento contra uma proposta que tenta amparar legalmente o combate às notícias falsas, à mentira, à pregação do ódio e da violência.

As investidas das *big techs* geraram reações, mas não o suficiente para que a postura e menos ainda o poder controlador fossem alterados. Ademais, no próprio Congresso Nacional, número significativo de deputados tem se posicionado contra aprovação de qualquer regulação. Para isso utilizam um desvirtuado, para dizer o mínimo, conceito de cerceamento da “liberdade de expressão”.

### **Permanência e possibilidade de aumento de riscos e poderio**

---

Em publicações na chamada “grande imprensa” e no emaranhado terreno das denominadas “redes sociais” têm aparecido, com certa constância, formas diferenciadas de negacionismo. Raciocinam ignorando ou escamoteando a importância histórica do pensamento crítico no que se refere ao controle pelo capital e tipo de desenvolvimento tecnológico, no qual estão inseridas a virtualização e a comunicação social. Assim, ofuscam a discussão e tergiversam sobre aspectos mais sórdidos da situação e, nesses casos, partem para a simples desqualificação da crítica. A mais comum tentativa de neutralizar o pensamento crítico se dá em comparações com o surgimento de técnicas, mecanismos e aparelhos em outros contextos históricos e estágios diferentes da organização política das sociedades. Não raro surgem afirmações como “assim foi com o livro, com o cinema, com o rádio, com a televisão...”. Na tentativa de fundamentar o que é incomparável, ressuscitam a conhecida

e pouco dialética (para não dizer maniqueísta) expressão de Umberto Eco que divide posturas e pensamentos em “apocalípticos e integrados”. Para essa leitura reducionista das concepções do pensador italiano, os sujeitos e as análises críticas são chamados de “apocalípticos”. Mesmo quando a tentativa é honesta, o uso presta-se mais à confusão do que à possibilidade de análise da questão.

Na mesma linha do tipo de negacionismo destinado a desqualificar a realidade cruel da crise climática e do aquecimento global, aquilo que vem sendo chamado de Inteligência Artificial vem ganhando blindagem crítica e exaltação apenas de seus aspectos benéficos e em suas potencialidades de contribuição para os mais diferentes setores da ciência, da economia e da comunicação. Utilizando-se do mesmo tipo de comparações descontextualizadas, lança-se mão de um conceito generalizado de desenvolvimento tecnológico que ignora características dos momentos históricos e a atual correlação de forças e capacidades de decisão política entre a sociedade civil, as populações em geral, no confronto com os grandes proprietários e detentores de capital. Em exagero teórico, algumas manifestações não se acanham em comparar o surgimento do arco e flecha com a trajetória e formas de implantação da robotização do pensamento, da (re)criação e do imaginário e, assim, se posicionam contra uma regulamentação “estatal” (MCCLOSKEY, 2023), como se toda tentativa de regular fosse elaboração, iniciativa e proposição oriundas apenas do Estado.

Embora em menor quantidade, não é raro o surgimento de vozes e análises com posicionamento crítico em

uma perspectiva mais humanista do que voltada só para interesses financeiros. Em julho deste ano, o neurocientista Miguel Nicolelis, que “trabalha há 30 anos com redes neurais, mecanismo por trás dos atuais algoritmos de aprendizado de máquina” (NICOLELIS, 2023) concedeu extensa entrevista na qual afirma que a IA não é inteligente nem artificial, já que é também produto do conjunto da inteligência humana desenvolvida durante séculos. Diz ainda que “a inteligência artificial é a grande ferramenta de marketing, porque gera uma total desigualdade no relacionamento com a força de trabalho.” Completa com: “Existe toda uma ideologia de substituição do trabalho humano, que não pode ser feita 100%, não há como.” (NICOLELIS, 2023).

Consideradas as posturas de vieses autocratas, dominadoras e controladoras de grande parte das empresas detentoras do poder de gerir mundialmente o fluxo de informação, que são também predominantes na disseminação de ideias e pensamentos, as preocupações aumentam consideravelmente na atualidade, uma vez que outros agentes nem tão grandes, mas também vorazes por lucros e vantagens de qualquer ordem, seguem o mesmo modelo, finalidade e posicionamento político-ideológico. Dessa forma, se o desenvolvimento em andamento de recursos tecnológicos muito mais sofisticados, que envolvem o avanço da denominada inteligência artificial, permanecer sem uma regulação democrática, amplamente discutida com diferentes setores da sociedade civil, acentuará a predominância da irracionalidade capitalista somada às perversidades possíveis das relações de caráter meramente lucrativos, e potencializará os

atos obscuros com mais intensidade do que o atual estágio da virtualização e das “próteses mercadológicas em ação”.

## Considerações

---

Ao apresentar uma leitura acerca do desenvolvimento tecnológico, particularizada para seus aspectos que envolvem diretamente os processos comunicacionais, o fenômeno da virtualização e da mídiatização, a intenção é dar continuidade aos estudos e reflexões que ocorrem em torno das teorias da comunicação e aproximar os interessados de conceitos e teorias que já abordam significativos momentos da contemporaneidade.

A opção por uma abordagem que privilegia o campo crítico insere-se na perspectiva de um aprendizado que também busca uma formação que seja indagadora e crítica em um contexto de grande complexidade, desigualdades e incertezas como o atual estágio de desenvolvimento das sociedades.

Nesse processo, procura-se evitar as leituras dualistas, bastante comuns no cotidiano, e mesmo no universo midiático, que encontram dificuldade para ultrapassar o reducionismo expresso em posições como “contra ou a favor”, “bem ou mal”, “certo ou errado”. No que se refere ao universo midiático, ao desenvolvimento e ao envolvimento acrítico com as tecnologias digitais e práticas no “terreno” virtual, na relação dialética com a Comunicação, a postura crítica assenta-se na condição de não aceitar o reducionismo dualista. Enfim,

não se trata de estar contra o movimento do avanço tecnológico, mas de apontar os riscos que podem levar a perdas de autonomia perante as forças controladoras e detentores do poder, ou seja, significa angariar elementos teóricos que permitam entender que o ganho com o novo não pode se transformar eternamente em capas, em formas “protetoras” mais importantes que aqueles, humanos, que a criaram:

... a tecnologia desenvolve-se também caoticamente (isto é, sem teleologia) dentro da dinâmica industrial e empresarial. Cada novo instrumento ou cada nova técnica amplia, por extensão ou por duplicação, o espaço humano, aumentando a espessura do envoltório protetor ao redor da corporeidade, mas também contribuindo para eventualmente tornar as formas “protetoras” mais importantes do que aquilo que protege. (SODRÉ, 2012, p. 159).

Por mais caóticos que a realidade concreta, as relações sociais e “os vínculos humanos” se apresentem na contemporaneidade marcada pela virtualização, nela os esforços para a superação do caos, das violências, da solidão e da coisificação humana se manifestam incessantemente em diferentes instâncias da coexistência, das trocas, das lutas e do exercício crítico do olhar interpretativo, na perspectiva de criar condições concretas capazes de contribuir para que o avanço do conhecimento, das tecnologias e da própria ciência se dê de forma mais humanizada e solidária.

Uma vez entendido que comunicação e sociedade não se separam e que a Comunicação, como ciência, tem como “objeto de estudo” os vínculos humanos,

pode-se afirmar que os estudos e as tentativas de compreensão dos processos comunicacionais, ao lado das práticas, também não se separam do conhecimento das relações sociais, relações que são, ao mesmo tempo, políticas e sociais. E esse sempre foi o objetivo daquilo que os educadores denominaram de conhecimento crítico, formação crítica, aquela dedicada a conhecer para transformar. ■

**[ SILAS NOGUEIRA ]**

Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP); professor e pesquisador do Centro de Estudos Latino-americanos em Comunicação e Cultura (Celacc/ECA/USP); professor da UEMG/Passos, MG, e membro do Centro Cultural Orùnmilá de Ribeirão Preto, SP.  
E-mail: solsing@uol.com.br

## Referências

---

AGUILHAR, Ligia; RONCOLATO, Murilo. Edward Snowden 1 Ano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3PmsdRH>. Acesso em: 5 fev. 2023.

ASSANGE, Julian. “É bom que os governos tenham medo das pessoas” [Entrevista cedida a Jamil Chade]. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3OXoKYm>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o WikiLeaks**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORON, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21: há vida para o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLAN-JONES, Rory. Como o Facebook pode ter ajudado Trump a ganhar a eleição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/44wlmJB>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GALF, Renata. Telegram distorce PL das Fake News e fala em censura e fim da liberdade de expressão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 maio 2023. Caderno Política.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MCCLOSKEY, D. N. O pânico da inteligência artificial é loucura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2023. Caderno Opinião.

MELLO, Patrícia Campos. Google lança ofensiva contra PL das Fake News, mostram e-mails e relatório. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 maio 2023. Caderno Política.

MORAES, Dênis de (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1999.

MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo/FAPERJ, 2013.

NOGUEIRA, Silas. Mídia, cultura e novas tecnologias: novas formas e modos do sujeito no mundo. In: Leite, Célia R.V.S; Camargo, Evani A. A. (org.). **Educação e constituição do sujeito na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2015.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis (org.). **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p 81-98.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Mediaciones familiares y escolares en la recepción televisiva de los niños. **Revista Intercom**, São Paulo, ano XIV, n. 64, 1991.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e mídiatização. In: MORAES, Dênis. (org.). **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006a.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006b.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, out. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38174/40899>. Acesso em: 6 set. 2023.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

NICOLELIS, Miguel. IA não é inteligência e sim marketing para explorar trabalho humano, diz Nicolelis. [Entrevista cedida a Pedro S. Teixeira.] **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2023. Caderno Mercado.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.